

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

Aos 30 dias do mês de março de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata nº 21, de 23 de março de 2016;*
3. *Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 53/XIII/1ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico - 2015, do Projeto de Resolução n.º 123/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a alteração das normas e condições de acesso à formação específica em Medicina e do Projeto de Resolução n.º 128/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que garantam o acesso a formação especializada a todos os médicos;*
4. *Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 117/XIII 1ª, do PCP, sobre a «Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 86/2015, de 21 de maio, que procede à definição do regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo» - Autora do Parecer: Deputada Isaura Pedro;*
5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 190/XIII 1ª, do BE, sobre a «Gestão Pública e integração na rede nacional das 30 camas de cuidados continuados por utilizar no Centro de Saúde de Vale de Cambra»;*
6. *Admissão e distribuição da Petição n.º 70/XIII 1ª, em que os peticionários «Pretendem que o Hospital Nossa Senhora da Graça, em Tomar, volte a ter internamento em Medicina interna e solicitam a melhoria do serviço de urgência»;*
7. *Admissão e distribuição da Petição n.º 74/XIII 1ª, em que os peticionários «Pretendem o alargamento do acesso à ADSE a todos os portugueses»;*
8. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 542/XII/4.ª, que solicita «Mais profissionais no Hospital de Santarém e nos centros de saúde e a defesa da maternidade no Hospital de Santarém e contra a perda de serviços e a articulação dos cuidados de saúde e por cuidados de qualidade e proximidade» - Relator: - Deputado Duarte Marques;*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

9. Discussão do Projeto de Resolução n.º 189/XIII 1ª, do BE, que «Recomenda ao Governo a revogação da Portaria 82/2014, de 10 de abril, que impõe uma perda generalizada de valências hospitalares, assim como o despacho n.º 13427/2015, de 20 de novembro, que extingue 11 serviços de urgência»;

10. Outros assuntos.

10:45 Audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Dra. Ana Rita Cavaco, «no sentido de prestar esclarecimentos sobre a afirmação de alegada prática de eutanásia no Serviço Nacional de Saúde (SNS)», requerida pelo PS.

1. Informações

O Presidente anunciou a integração na Comissão de Saúde do Deputado João Gouveia, do PS, em substituição da Deputada Helena Freitas, e do Deputado Ricardo Baptista Leite, em substituição da Deputada Odete Silva. Recordou que no dia 6 de abril, pelas 10h, terá lugar a segunda audição regimental obrigatória do Ministro da Saúde e, a 8 de abril, entre as 9 e as 10h, uma audiência conjunta das Comissões de Saúde, Assuntos Europeus e Agricultura e Mar, com o Comissário responsável pela saúde, Vytenis Andriukaitis, que terá como temas a saúde pública, os sistemas de cuidados de saúde, a AMR (resistência antimicrobiana) e a segurança alimentar. Referiu ainda que no dia 7 de Abril, entre as 15h30 e as 18h30, se realizará na sala do Senado uma iniciativa de comemoração do dia mundial de saúde, em que participará com uma intervenção e para a qual todos os Deputados estão convidados, ficando a Comissão de indicar algumas personalidades a convidar para o evento. Pede assim aos Grupos Parlamentares que façam sugestões.

2. Apreciação e votação da ata nº 21, de 23 de março de 2016

A Ata n.º 21, relativa ao dia 23 de março, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

3. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 53/XIII/1ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

internato médico - 2015, do Projeto de Resolução n.º 123/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a alteração das normas e condições de acesso à formação específica em Medicina e do Projeto de Resolução n.º 128/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que garantam o acesso a formação especializada a todos os médicos

O Presidente perguntou aos Grupos Parlamentares subscritores dos Projetos de Resolução se haviam chegado a um acordo quanto à junção dos três textos num só, tendo o Deputado Moisés Ferreira explicado que haviam reunido para tentar alcançar esse texto único, tendo concluído pela impossibilidade de o fazer, já que as propostas são diferentes entre si. Assim propõe que a redação final seja fixada individualmente em relação a cada um deles.

A Deputada Luisa Salgueiro informou que o Deputado João Torres havia participado nessa reunião, por parte do PS, não tendo de facto sido possível chegar a acordo, pois até os números citados nos textos são diferentes, devendo por isso ser mantidos os três projetos de resolução.

A Deputada Carla Cruz referiu terem sido feitas tentativas de junção dos textos, mas, não podendo ser alterada a matéria já aprovada em plenário, deverão manter-se os três projetos de resolução.

Foi assim fixada, por acordo entre todos os Grupos Parlamentares, a redação final de cada um dos Projetos de Resolução n.ºs 53, 123 e 128, em conformidade com a proposta feita pelos serviços.

4. Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 117/XIII 1ª, do PCP, sobre a «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 86/2015, de 21 de maio, que procede à definição do regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo» - Autora do Parecer: Deputada Isaura Pedro

A Deputada Isaura Pedro apresentou o Parecer relativo ao P.J.L. n.º 117/XIII, aludindo ao objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, remetendo o enquadramento legal e constitucional e antecedentes para a Nota Técnica, reservando a sua opinião para plenário e concluindo que a iniciativa em análise, que está já agendada para o plenário de dia 31 de março, reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

discutida e votada nessa sede. Cumprimentou ainda os serviços pela forma como elaboraram a Nota Técnica.

A Deputada Carla Cruz disse não querer antecipar a discussão que ocorrerá em plenário, acrescentando que o parecer procede a uma descrição objetiva do conteúdo da iniciativa.

O Presidente colocou à votação os considerandos e conclusões do Parecer, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 190/XIII 1ª, do BE, sobre a «Gestão Pública e integração na rede nacional das 30 camas de cuidados continuados por utilizar no Centro de Saúde de Vale de Cambra»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Projeto de Resolução n.º 190/XIII/1.ª, que recomenda ao Governo que *«assuma a gestão pública da unidade de cuidados continuados instalada no Centro de Saúde de Vale de Cambra, colocando-a em funcionamento, de imediato, e inserida na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados»*, invocando que cerca de 90% da população portuguesa com 65 anos, ou mais, não tem acesso a cuidados continuados de qualidade, pelo que se impõem respostas urgentes. Considera que se criaram melhores condições para o cuidador informal, mas que para os casos em que é necessário internamento há uma falta gritante de camas na RNCCI, sendo a esmagadora maioria delas convencionada com o setor privado. Constata o baixo investimento público neste setor, pelo que as famílias são obrigadas a suportar os custos com estes cuidados, causando-se assim uma discriminação em função do rendimento. Reiterou a urgência em reforçar a RNCCI com mais camas, dentro do SNS, não sendo compreensível *«que existam unidades completamente equipadas e que nunca entraram em funcionamento»*, como é o caso no distrito de Aveiro, nas instalações do Centro de Saúde de Vale de Cambra, que estão prontas há 3 anos, mas que não funcionam, por existir um impasse no acordo que ia ser celebrado com a Santa Casa da Misericórdia. Assim, entende o BE que esta unidade de cuidados continuados deverá entrar em funcionamento imediatamente e sob gestão pública, sendo estas as razões que fundamentam o Projeto de Resolução em discussão.

A Deputada Susana Lamas disse que a sua preocupação fundamental é com os cuidados de saúde prestados às populações, parecendo-lhe que o PCP manifesta o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

preconceito de não querer que nada fique fora do Estado, sendo que as populações não podem ser instrumentalizadas em nome desse preconceito. É importante a abertura de camas ao serviço das populações, não havendo que as entregar ao Estado por razões ideológicas.

A Deputada Diana Ferreira referiu que o PSD é que tem um preconceito contra o SNS, e isso resulta muito claro da intervenção que fez. O Estado é responsável pelas respostas na área da saúde, não tendo os privados que se substituir ao Estado. Acompanham as preocupações com os cuidados paliativos, referidas no Projeto de Resolução, havendo que reforçar a resposta pública, que é exígua. Caso contrário, quem tem dinheiro para pagar os cuidados terá resposta, quem não tem terá um final de vida degradante.

A Deputada Luisa Salgueiro cumprimentou o BE por trazer esta iniciativa à Comissão, numa semana em que o Governo apresentou a nova estratégia nacional para os cuidados continuados, onde é estabelecida a meta de abrir cerca de 7 000 camas, nesta área, até 2020. As instalações a que se refere o PJR estão em condições de ser abertas há muito e o Governo anterior não o fez. O PS não recebe lições do PSD, e sabe que se a rede de cuidados continuados está a funcionar, muito se deve ao apoio das Misericórdias. Considera no entanto que, estando o país muito carenciado de respostas nos cuidados continuados, este PJR poderá contribuir para a realização do Plano anunciado pelo Governo, resolvendo localmente a situação. Acresce que há também que apostar no cuidador informal.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse considerar que os recursos humanos constituem um fator crítico e que são necessárias equipas técnicas qualificadas. Trabalha numa instituição privada que recebe doentes de vários sistemas e não aceita que se diga que só os ricos têm acesso a estes cuidados de saúde. Pensa que isso é menosprezar as equipas dos profissionais do setor privado. Sempre disse, durante a anterior legislatura, que é preciso fazer mais, mas a verdade é que durante esse tempo aumentou o número de camas nos cuidados paliativos.

A Deputada Diana Ferreira quis esclarecer o CDS-PP de que não fez qualquer apreciação sobre os profissionais do setor privado, sendo que o PCP se preocupa igualmente com os seus direitos profissionais. Reforçou que a exigência é a de que o SNS possa assegurar cuidados continuados para todos.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira disse concordar com a intervenção do PS quando fala da necessidade de mais 7 000 camas para cuidados continuados. Daí ser exigível que estas 30 camas em Vale da Cambra sejam desde já disponibilizadas. Considera que experimentalismo é fazer *outsourcing* das funções do Estado, como foi feito pelo PSD e CDS-PP no anterior Governo. Não se pode esperar que as Misericórdias decidam disponibilizar camas, o Estado deve assumir o que é da sua responsabilidade e o que é objeto do seu investimento. Não se trata de experimentalismo ou questão ideológica, mas sim de responder às necessidades das populações.

Concluída a discussão deste Projeto de Resolução, será a respetiva informação remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

6. Admissão e distribuição da Petição n.º 70/XIII 1ª, em que os peticionários «Pretendem que o Hospital Nossa Senhora da Graça, em Tomar, volte a ter internamento em Medicina interna e solicitam a melhoria do serviço de urgência»

A Petição n.º 70/XIII/1.ª foi admitida e distribuída ao PS, que indicou como Relator o Deputado Hugo Costa.

7. Admissão e distribuição da Petição n.º 74/XIII 1ª, em que os peticionários «Pretendem o alargamento do acesso à ADSE a todos os portugueses»

A Petição n.º 74/XIII/1.ª foi admitida e distribuída ao PSD, que indicará posteriormente o Relator.

8. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 542/XII/4.ª, que solicita «Mais profissionais no Hospital de Santarém e nos centros de saúde e a defesa da maternidade no Hospital de Santarém e contra a perda de serviços e a articulação dos cuidados de saúde e por cuidados de qualidade e proximidade» - Relator: - Deputado Duarte Marques

O Deputado Duarte Marques apresentou o Relatório Final da Petição n.º 542/XII/4.ª, referindo que foi subscrita por 4552 peticionários, falando do seu objeto e das diligências efetuadas, designadamente o pedido de informação ao Ministro da Saúde, cuja resposta foi recebida a 23 de fevereiro de 2016, e a audição dos peticionários.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

Chamou a atenção para o facto de resultar da resposta do Ministro da Saúde que nunca esteve em causa o funcionamento do Hospital de Santarém.

A Deputada Idália Serrão disse que tem acompanhado esta Petição, considerando a resposta do Ministro muito objetiva. Não há risco de saída da maternidade, nem de perda de serviços, mas o que existe não é suficiente, havendo todo um trabalho a fazer para consolidar os cuidados de saúde na região e melhorar as condições de trabalho dos profissionais. Durante os últimos 4 anos o PSD não se importou com a saúde no distrito de Santarém, e foram anos dramáticos, havendo muitos utentes sem médico de família e profissionais com condições de trabalho pouco dignas. O PS acompanha estas preocupações e continuará a bater-se pelo fortalecimento do SNS a nível nacional.

A Deputada Carla Cruz lembrou a Portaria n.º 82/2014, que prevê o encerramento de maternidades e serviços, numa opção feita pelo anterior Governo. O PCP também acompanha as preocupações dos peticionários e considera que o SNS terá de dar uma resposta rápida no Hospital de Santarém e em todo o ACES da Lezíria. É de facto necessário reforçar os cuidados de saúde primários e o acesso por parte das populações, como forma até de diminuir o recurso às urgências.

O Deputado Duarte Marques disse entender que o Relator deve ser o mais imparcial possível na elaboração do seu Relatório, não podendo contudo esquecer compromissos que o seu partido assumiu. Pensa que há matérias no distrito de Santarém que todos defendem, unanimemente. Invocou ainda que o PS tem má memória, uma vez que deixou ao anterior Governo um hospital completamente endividado e com dificuldades na prestação de cuidados, tendo por isso sido contratados mais médicos e enfermeiros. Quanto aos tarefeiros/prestadores de serviços, é verdade que o anterior Governo diminuiu o seu número, assim reduzindo a despesa. Considera que em matéria de cuidados de saúde no distrito de Santarém há, e sempre haverá, muito a fazer, por quem agora está no Governo e por quem vier a seguir.

O Relatório Final foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

9. Discussão do Projeto de Resolução n.º 189/XIII 1ª, do BE, que «Recomenda ao Governo a revogação da Portaria 82/2014, de 10 de abril, que impõe uma perda



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

generalizada de valências hospitalares, assim como o despacho n.º 13427/2015, de 20 de novembro, que extingue 11 serviços de urgência»

Este ponto da ordem do dia foi adiado.

10:45 Audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Dra. Ana Rita Cavaco, no sentido de «prestar esclarecimentos sobre a afirmação de alegada prática de eutanásia no Serviço Nacional de Saúde (SNS)», requerida pelo PS

A Bastonária da Ordem dos Enfermeiros (OE), Ana Rita Cavaco, veio acompanhada pelos enfermeiros Luís Barreira e Sérgio Branco e por Duarte Carvalho, Alexandre Oliveira e Filipe Mendonça.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos apresentou o requerimento, referindo que, face às declarações feitas pela Bastonária à Rádio Renascença, o que poderá estar em causa é o respeito por um princípio que muito preza, que é o da autonomia individual. A questão que releva para esta audição não é a de saber se se é a favor ou contra a eutanásia, pois ela não é legal em Portugal, não está regulada. A Bastonária sugeriu que podia estar a ser praticada eutanásia nos serviços do SNS, o que teve muito impacto. Disse também que falava enquanto enfermeira e não enquanto Bastonária, mas dificilmente se poderá dissociar dessa função, e por isso as suas declarações tomaram a proporção que é conhecida. Está a decorrer um inquérito no IGAS, e aguardam-se as conclusões, mas pretende o PS que a Bastonária explique nesta sede o alcance das suas palavras, ou seja, que clarifique se há profissionais de saúde que não respeitam o princípio da autonomia individual, se há prática de eutanásia e se foi isso que quis denunciar.

A Deputada Ângela Guerra felicitou a Bastonária pela sua eleição, referindo, quanto às declarações que proferiu, que o PSD entende que se deve esperar pelo Relatório do IGAS. A eutanásia é matéria de consciência, que divide as pessoas, perguntando assim o que pensa sobre este tema e se acha que compete à Assembleia da República legislar sobre ele. Pretende também conhecer a opinião da Bastonária sobre a aplicação aos enfermeiros das 35 horas semanais, pois já se começa a vislumbrar aumento de despesa e de dívidas do Estado.

O Presidente da Comissão, neste ponto, pediu à Deputada que cingisse as suas questões à matéria objeto do requerimento.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Ângela Guerra manifestou a opinião de que o PSD poderá utilizar o seu tempo de intervenção como entender, acrescentando que importa saber se a OE está a par da aplicação das 35 horas semanais e quando entrará em vigor este horário. Abordou ainda a questão de um concurso para recrutamento de enfermeiros, aberto em setembro 2015, que está parado, perguntando se a OE sabe o que se passa.

A Deputada Luisa Salgueiro fez uma interpelação à mesa, invocando que a Bastonária está a ser questionada sobre assuntos que não constam do requerimento e que são estes que fixam a matéria das audições.

O Deputado Miguel Santos afirmou que o PSD colocou questões relacionadas com o requerimento, e outras, usando o seu tempo de intervenção.

O Presidente voltou a recordar que existe um tema para esta audição, que é o constante do requerimento.

O Deputado José Manuel Pureza manifestou a opinião de que a eutanásia e o suicídio assistido podem ser discutidos conceptualmente ou a partir de casos da vida concretos, que os profissionais conhecem e nos quais são chamados a intervir, e gostaria de ouvir a Bastonária de acordo com esta segunda possibilidade, a partir da sua experiência prática. Perguntou onde entende que se coloca a fronteira entre «deixar morrer» e «abreviar a morte», o que pensa sobre a ortotanásia e a morte assistida, se é o doente que decide, se os profissionais estão pouco defendidos e se não se corre o risco de todos poderem ser ouvidos e decidir exceto o doente.

A Deputada Isabel Galriça Neto deu conta de que o CDS-PP tem uma opinião conhecida sobre as matérias do fim da vida e dos cuidados adequados ao fim de vida, dignidade e proteção da vida. Mas o que está em causa nesta audição são as declarações proferidas pela Bastonária, que representa uma classe profissional, que aliás muito elogia pois valoriza o seu trabalho, e que criaram insegurança e instabilidade. Questiona-a assim sobre a sua disponibilidade para reforçar o papel dos enfermeiros, desde o domicílio ao internamento, a sua formação e complementaridade com outras profissões, lembrando que a Bastonária está vinculada a um código que defende a proteção da vida.

A Deputada Carla Cruz disse que acompanha este requerimento, porque é necessário um cabal esclarecimento das declarações da Bastonária sobre matéria tão sensível, que envolve o doente, os seus familiares e os profissionais e que precisa de ser objeto de debate. Sem se querer afastar do objeto da audição, recorda que existe uma



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

carência a nível nacional nos cuidados paliativos, sendo importantíssimo o papel dos enfermeiros. Leu algumas transcrições das declarações pedindo a sua clarificação.

A Bastonária da OE agradeceu as felicitações, dizendo que é com gosto que vem a esta Comissão. Pensa que algumas das questões colocadas parecem indicar que não foram ouvidas integralmente as suas declarações. Há discussões nos corredores dos hospitais sobre esta matéria que necessita de ser debatida, debate que a Ordem já iniciou. Pensa que as citações referidas foram feitas em momentos distintos da sua intervenção, podendo todas juntas indiciar coisa diferente. Nunca se referiu à prática da eutanásia no SNS, mas apenas à necessidade de se discutir o assunto. Acrescentou que faltam enfermeiros em todo o país e que essa questão terá de ser resolvida, pois os enfermeiros estão a fugir dos hospitais por exaustão, de facto 2/3 dos enfermeiros estão em *burn out*. Sobre o concurso que está parado, adianta que o último que havia sido aberto demorou 3 anos, e, dado o número de concorrentes do que está em curso (11 000 para 700 vagas), demorará certamente muito tempo. Além do mais os concursos estão a ser utilizados para os enfermeiros se mobilizarem dentro do sistema, não trazem novos enfermeiros para o sistema. Considera também que os baixos salários que estão a ser pagos, especialmente aos enfermeiros colocados através de empresas de trabalho temporário, estão a interferir com a qualidade dos cuidados prestados. Informou ter dado ao IGAS uma lista de instituições onde não estão a ser cumpridos os números mínimos de enfermeiros, fazendo este alerta e contando com a Assembleia da República, porque o SNS está em risco por falta de enfermeiros.

Na segunda ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos e fazer comentários, os Deputados Ângela Guerra, António Sales, José Manuel Pureza, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que a Bastonária respondeu, chamando ainda a atenção para a questão da emigração dos enfermeiros, afirmando que seria de toda a justiça a reposição do horário das 35 horas e que está a ser feita formação na área dos cuidados paliativos. Concluiu dando a informação de que os cuidados continuados domiciliários no Algarve não estão a ser prestados, uma vez que as viaturas estão paradas.

O Deputado Luis Graça fez uma interpelação à mesa, para esclarecer que estão já a funcionar as quatro viaturas de Faro que estavam com problemas.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

O Presidente encerrou a reunião, agradecendo a vinda à Comissão da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, bem como os esclarecimentos que prestou.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida no seguinte *link*:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=871&title=audicao-de-ana-rita-cavaco-bastonaria-da-ordem-dos-enfermeiros>

Palácio de São Bento, 30 março 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Teresa Caeiro
Carlos Matias
Diana Ferreira
Duarte Marques
Idália Salvador Serrão
João Ramos
José Manuel Pureza
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
Ricardo Baptista Leite